

XVIº CONGRESO INTERNACIONAL DE ANTROPOLOGÍA IBEROAMERICANA
“Culturas ibéricas y mestizaje en América, África y Oriente”
Salamanca, 20 a 22 de abril de 2010.

Linha: Gilberto Freyre, la Antropología Brasileña y el mundo iberotropical

Gilberto Freyre, “cultura nacional” e a antropologia brasileira: revisões e contribuições de um passado incompreendido

Telmo Pedro Vieira¹

Marcos Aurélio da Silva²

Universidade Federal de Santa Catarina

A última década do século XX e aurora do novo milênio foram marcadas por um conjunto de debates públicos no Brasil que, de certa forma, resgataram a figura e a obra de Gilberto Freyre. As discussões não se deveram ao centenário de nascimento (2000) do escritor de *Casa-grande & Senzala*, mas justamente a esta que é sua obra prima. O debate, porém, tem obscurecido o lado científico e antropológico da principal obra – a primeira de muitas – de Freyre. O livro, lançado em 1933, tem sido lido e relido como uma das muitas tentativas, comuns naquela época³, de “interpretação geral do Brasil” (Melatti, 1984:10). Mas talvez por ter sido saudado, desde as primeiras edições, como uma narrativa possível para a construção da nação brasileira (Ortiz, 1985:40) – principalmente pelas novas lideranças políticas que nos anos de 1930 pretendiam dar novos rumos ao país⁴ – pouca atenção se dá ao trabalho de Freyre como precursor da antropologia contemporânea no Brasil.

Casa-grande & Senzala marca o início da antropologia contemporânea no Brasil e consagra Freyre como o primeiro antropólogo do país a se apoiar em teorias de fundo social e cultural (e não biológico, como apregoavam as teorias raciológicas e evolucionistas até então em voga). A exaustiva etnografia, realizada por vários anos, talvez seja

¹ Doutor em Antropologia pela Universidade de Salamanca. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina.

² Doutorando em Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

³ Na mesma década de 1930, outras duas obras interpretativas do Brasil ganharam destaque: *Evolução Política do Brasil* (1933), de Caio Prado Júnior, e *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Hollanda. Para uma análise mais completa desse período, ver Ortiz (1985:36-44).

⁴ Estamos nos referindo principalmente ao nacionalismo de Getúlio Vargas (1930-1945) que pôs fim a uma alternância no poder, de quase 40 anos, de representantes da política café-com-leite (quando as elites políticas representavam e se sustentavam no poder pó conta dos produtores de café e leite, de São Paulo e Minas Gerais, respectivamente).

um dos primeiros trabalhos de campo realizado por um antropólogo brasileiro, uma vez que, até os anos 30, a maioria dos etnólogos em território nacional era composta por estrangeiros (Melatti, 1984:8). Mas o fato do livro estar fortemente marcado pela ideia de “democracia racial” como a principal característica da formação cultural brasileira – ideia que começa a ser questionada já nos anos seguintes por outros estudiosos da questão nacional, como Florestan Fernandes⁵ –, sua herança antropológica e seu trabalho etnográfico são menosprezados, ou pelo menos omitidos, nas academias, principalmente nas pós-graduações brasileiras em Antropologia que, raramente, colocam a sua obra nas bibliografias obrigatórias.

O objetivo deste trabalho não é defender os postulados freyrianos, tampouco discordar das principais leituras que têm sido feitas de sua obra (DaMatta, 1983; Ortiz, 1985; Braga-Pinto, 2006; Sodré, 1999). O que se coloca é que essas leituras críticas acabam por não permitir se pensar nas contribuições que Freyre fez para os estudos sociológicos e antropológicos no Brasil. A pesquisa etnográfica realizada para a série de livros que se inicia com *Casa-grande & Senzala* serviu de base para os principais estudos sobre sexualidade, família e infância no período colonial (Costa, 2004; Trevisan, 2000; Green, 2000), sem falar em sua tentativa de tentar deixar para trás um passado colonial, o que poderia dar a ele a classificação de escritor pós-colonial “avante la lettre” (Vale de Almeida, 2002 :31).

1. Leituras de Freyre e a questão nacional

A ideia de que o Brasil seria uma “democracia racial” parece ter ganhado bastante força no país nas últimas décadas, ao mesmo tempo em que foi alvo de uma série de questionamentos científicos e políticos. Dois dos espaços que mais revigoraram esta ideologia foram sem dúvida o carnaval e o futebol. O primeiro, elevado à categoria de símbolo nacional desde a época de Vargas, traz anualmente para a cena brasileira discursos que se referem a uma brasilidade miscigenada que pode explicar a reunião de boa parte dos brasileiros em torno de uma mesma festa e justificar a presença dos não-negros em uma festa marcada pela africanidade, o que também se verifica quando o assunto são as religiões de origem africana. O futebol, por sua parte, é tido da mesma

⁵ Florestan Fernandes, professor de sociologia da Universidade de São Paulo, que se dedicou à etnologia indígena, defendeu a tese de que a “ideologia da miscigenação democrática” obscurecia as relações raciais no Brasil, fazendo o brasileiro ter “preconceito de não ter preconceito”. Ver FERNANDES, F. *O Negro no mundo dos Brancos*, São Paulo, DIFEL, 1972, citado por Ortiz (1985).

forma como símbolo nacional – apesar de sua origem britânica – talvez para justificar um estilo de jogo marcado pela “jinga” e criatividade de um povo “mestiço”.⁶

Enquanto serviu para justificar as celebrações festivas no Brasil, a utopia de Freyre poucas vezes foi criticada a fundo. Mas desde os anos 90, quando se iniciam no país as discussões sobre a utilização de cotas, principalmente para ingresso nas universidades públicas, o pensamento de Freyre ganha, ao mesmo tempo, mais vigor e crítica. Por um lado, muitos se utilizam de sua obra – de forma um pouco exagerada – para defender um país em que o racismo não existe ou teria uma forma mais branda, diferente de países como os Estados Unidos. Por outro, são muitos os que vão acusar o pensamento de Freyre de encobridor das desigualdades, depositando a culpa mais no autor que nos políticos que renovaram de forma descontextualizada seus conteúdos⁷.

Independente da posição que possamos ocupar quando o assunto é ação afirmativa e reserva de vagas na universidade públicas, uma certeza une os dois lados em oposição: poucas vezes, no Brasil, se discutiu com tanto afinco questões como igualdade, democracia, raça e cultura, mestiçagem e pobreza. O estopim parece estar nas ações afirmativas implementadas pelo governo federal, que mexem direto nas universidades públicas brasileiras que, em sua maioria, destinam suas vagas aos filhos da elite por conta de um sistema bastante questionável como vestibular. Mas pouca oposição se faz à questão, quando o assunto é carnaval, futebol ou mesmo o recrudescimento do terrorismo da última década.

Se o sistema de cotas pretende significar o reconhecimento das desigualdades que acompanham os candidatos negros e/ou pobres nos caminhos que percorreram até o vestibular, para os contrários à sua implantação ele significaria introduzir na cultura brasileira um racismo que não existiria, uma ideia que faria corar ao próprio Freyre, cuja obra pode ser lida como uma tentativa de combater um sistema que não via nenhuma saída ou futuro para um país multirracial. O principal argumento, que surgiu dentro das próprias universidades, é o de que o Brasil teria se construído como uma nação mestiça, tolerante à mistura e que a inserção de tal sistema significaria instituir uma divisão racial que nunca teria sido instituída no sistema jurídico brasileiro. A antropóloga Yvonne

⁶ Para uma discussão mais aprofundada sobre os símbolos nacionais e a questão da miscigenação, ver FRY (XXXX) e RIAL (199xxx)

⁷ Nos primeiros dias de março de 2010, um debate no Supremo Tribunal Federal, sobre a validade das cotas nas universidades, um político brasileiro chegou a sugerir que os contatos sexuais entre homens brancos e mulheres negras, durante o período de escravidão, teriam se dado com consentimento delas, sem o uso da força, como se houvesse espaço para uma situação de consentimento numa cultura escravista que não via o negro como ser humano. Para outros usos políticos da obra de Freyre, ver Amaral Jr. (2002).

Maggie, da UERJ, que grande esforço tem despendido em artigos contrários à instituição de cotas, tem se fundamentado na formação brasileira como essencialmente misturada, sem que as “raças” tenham sido alguma vez importantes, e que as ações afirmativas seriam uma forma de “racialização” das políticas públicas e de nossos costumes:

o Brasil parece querer caminhar para o lado oposto com propostas de políticas com base na “raça”. Como explicar a postura que propõe uma mudança tão radical do estatuto jurídico da Nação brasileira? O que fez com que desde 2001 tenham avançado no País as idéias de um grupo ávido para dividir legalmente os cidadãos brasileiros em negros e brancos para fins de direito? (MAGGIE, 2008:898)

Em *Casa-grande & Senzala*, Gilberto Freyre postulou as bases para se pensar o Brasil a partir da família patriarcal, marcada por uma proximidade entre a casa-grande e a senzala, que poderia ser exemplo para novas atitudes sociais das quais o país era carente⁸. Freyre foi aluno de Franz Boas na década de 1920 e introduziu no Brasil as ideias culturalistas de seu mentor para um país que, desde a Semana de Arte Moderna, de 1922, começava a sentir a necessidade de um novo projeto de nação que destoasse das ideias eugênicas que ganhavam força⁹. Até aquele momento, vigorava no Brasil uma política aristocrática que, com auxílio dos pensadores da época¹⁰, via na mistura de raças a maior fraqueza brasileira e apostava em grandes projetos de imigração de trabalhadores europeus para clarear o Brasil e torná-lo menos africano do que efetivamente era.

⁸ Para Freyre, o Brasil era o extremo oposto dos Estados Unidos, de onde voltara recentemente, e havia presenciado cenas de segregacionismo racial, na cidade de Chicago, dividida em bairros raciais e étnicos.

⁹ O eugenismo esteve em voga no Brasil entre as décadas de 1910 e 1930, entre uma parte da elite intelectual brasileira, em sua maioria médicos, que defenderam, entre normas de higiene mais condizentes com as nações modernas, ideais que deveriam ser seguidas pela sociedade com vistas a um futuro mais “civilizado” e menos “doente” ou “degenerado”, no que deveriam ser evitados os casamentos interraciais e a imigração de não-europeus. Também incentivavam a educação física e higiênica como uma obrigação das escolas – mais do que a universalização do ensino – eclipsando os ideais de corpo saudável e nação sadia num só. O nazi-facismo e a ascensão de Hitler, nos anos 30, mostraram ao mundo a face cruel do eugenismo, com o extermínio de judeus e deficientes físicos, o que provavelmente diminuiu o apelo dessas teorias entre nós. No Brasil, o eugenismo tem sua “era de ouro” em 1929, com o Congresso Brasileiro de Eugenia, período em que, provavelmente, Gilberto Freyre estava a pleno vapor na produção do clássico que seria lançado quatro anos depois.

¹⁰ “(...) as qualidades atribuídas à raça branca são aquelas que determinam a racionalidade do espírito capitalista. Ao se retirar do mestiço as qualidades da racionalidade, os intelectuais do século XIX estão negando, naquele momento histórico, as possibilidades de desenvolvimento real do capitalismo no Brasil. Ou melhor, eles têm dúvidas em relação a esse desenvolvimento, pois a identidade forjada é ambígua, reunindo pontos positivos e negativos das raças que se cruzam” (ORTIZ, 1985:39). Ou ainda: “No século XIX, o racismo aparece na sua forma acabada, como um instrumento do imperialismo e como uma justificativa ‘natural’ para a supremacia dos povos da Europa Ocidental sobre o resto do mundo. Foi esse tipo de ‘racismo’ que a elite intelectual brasileira bebeu sofregamente, tomando-o como doutrina explicativa acabada para a realidade que existia no país” (DAMATTA, 1983:70).

2. O conceito de cultura e o Brasil “sem raças”

É, talvez, a partir desse contato com a antropologia norte-americana que a obra de Gilberto Freyre deva se entendida e não dos usos políticos feitos dela. Essa mesma antropologia culturalista que nos deu as obras de Boas e seus discípulos, cultuadas em nossos cursos de história da antropologia, e tão viva nas obras de outros norte-americanos aqui cultuados como Clifford Geertz.

A cultura e suas relações com a personalidade individual, certamente, foi um dos eixos fundamentais da construção de seu trabalho. Antropólogos contemporâneos seus como Edward Sapir, Ruth Benedict e Margaret Mead, influenciados, mais ou menos diretamente, por Franz Boas, às vezes dialogando com a psicanálise, desenvolveram estudos e reflexões sobre esse tema. Cabe, no entanto, a Freyre um lugar de particular destaque, devido à ousadia de sua interpretação do Brasil e dos brasileiros. (Velho, 2008:12)

Freyre não teve influência apenas da antropologia boasiana, tendo passado por vários cursos nos Estados Unidos e na Inglaterra que contemplavam outras disciplinas das ciências humanas. Mas é certamente a Boas que ele mesmo sempre demonstrou maior afinidade teórica e reconhecimento, como atesta o prefácio de *Casa-grande & Senzala* e outros livros que publicou, como *Problemas Brasileiros de Antropologia* (1943) em que se inspira no mestre para defender uma antropologia prática capaz de auxiliar no desenvolvimento brasileiro.

Nestas obras, Freyre conseguiu lapidar um conceito de cultura bastante boasiano e que, naquele momento, pôde dar conta de pensar e, principalmente, sugerir um novo Brasil. Durante o século XIX, o país era visto tanto pelos estudiosos brasileiros (Sílvia Romero e Nina Rodrigues) quanto por pesquisadores europeus (Conde de Gobineau) como um país degenerado e doente pela mistura de raças (Ortiz, 1985; Da Matta, 1983). Talvez sejam injustos os que dizem, por exemplo, que Freyre apenas substituiu o conceito de raça por cultura, talvez pelo enorme peso que ele deu aos conceitos de hereditariedade e transmissão, que faziam do processo cultural algo quase genético. Mas se percebermos as obras das duas maiores discípulas de Franz Boas, talvez possamos pensar de outra forma o uso do conceito de cultura.

Margaret Mead e Ruth Benedict são expoentes da chamada escola “Cultura e Personalidade”, assim batizada pelos historiadores da Antropologia e, assim como Freyre, estavam preocupadas em “padrões de cultura” que se imprimiam sobre a personalidade individual e coletiva e se transmitiam coletivamente. Para Benedict (1934), não eram as ciências humanas que deveriam deixar de usar o conceito de hereditariedade –

acusação que muitas vezes foi feita a obra de Freyre. Mas às ciências naturais, fortemente vinculadas ao evolucionismo de Charles Darwin, é que caberia rever o conceito:

O purista racial é a vítima de um mito. Porque, o que vem a ser “herança racial”? Sabe-se mais ou menos o que é herança de pai para filho. Dentro de uma linhagem familiar a importância da hereditariedade é imensa. Mas hereditariedade é uma questão de linhagens familiares. Para além disso é mito. (Benedict, [1934] 1957:27)

A autora também acrescenta que a divisão das populações em raças, por conta de traços hereditários, seria um erro e, na verdade, uma velada distinção sócio-econômica. O próprio Franz Boas já vinha dedicando especial atenção à questão da raça, desde sua chegada aos Estados Unidos, através de um questionamento dos discursos biológicos. Para ele, o conceito de raça, de base biológica/genética, estava sendo utilizado de forma perigosa pelos movimentos nacionalistas, principalmente na Europa, que davam tanto a negros como judeus um status inferior. As teorias racistas que atribuíam hereditariedade ao “comportamento mental e social” estavam erradas para Boas (1911:254), pois uma população considerada racialmente pura poderia apresentar traços genéticos diferenciados e, principalmente, diferentes personalidades impossíveis de serem alocadas em variedades genéticas. Assim como Freyre (1953) defendeu a “impureza racial” dos portugueses e até conferiu a ela o caráter de predisposição à miscigenação do colonizador português, Boas (1911: 257) também insistiu na composição naturalmente miscigenada das populações européias, em séculos de migrações e guerras, num intenso contato com a África e a Ásia.

O tão famoso luso-tropicalismo e a valorização da miscigenação foram não só muitas vezes descontextualizados, como rejeitados por variados autores de diferentes orientações. Em Portugal, foi mesmo desconsiderado por autores que propugnavam pela separação das raças, especialmente nas colônias africanas, opondo-se a toda idéia de mistura. São conhecidas e ainda atuais as críticas e denúncias de uma postura considerada excessivamente tolerante e mesmo encobridora do racismo no Brasil. Não há dúvida que a sua posição sobre essa temática apresenta múltiplas facetas e, eventualmente, contradições. No entanto, certamente foi, desde os seus tempos de Colúmbia e sob a crescente influência de Boas, um vigoroso antiarianista, valorizando o papel e as contribuições dos diferentes grupos étnicos e culturais na constituição da sociedade brasileira. (Velho, 2008)

Cabe lembrar que o tipo de antropologia de Boas e seus seguidores, Freyre entre eles, marcava-se por um tipo de trabalho que não tinha por objetivo estudar sociedades distantes por si mesmas, mas sempre em relação à sociedade do pesquisador. Nos anos de 1980, a chamada antropologia pós-moderna dos EUA classificou os procedimentos de Margaret Mead e seus estudos de “sexo e temperamento” na Nova Guiné ou de infância e adolescência em Samoa, como “crítica cultural”, quando se questiona sua pró-

pria cultura, através do estudo do outro (Marcus e Fischer, 1986:4-5). Nestes estudos que resultaram em dois de seus principais livros (1939, 1950) Mead questionou tanto a divisão em sexos (homens e mulheres) quanto a divisão geracional (adolescência, vida adulta) marcadas biologicamente, colocando-as como moldadas pela cultura e pela sociedade, abrindo caminho para as críticas feministas que ganhariam mais força a partir da década de 1960.

A antropologia como “crítica cultural” pode e deve ser resgatada na obra de Gilberto Freyre, assim como as muitas áreas de pesquisa que ele inaugura e incentiva. Gilberto Velho (1985), referindo-se a *Casa-grande & Senzala* afirma que:

este e outros trabalhos seus — como *Sobrados e Mocambos*, de 1936 — abriram áreas praticamente virgens de investigação no Brasil. Inauguraram nova temática e adotaram pontos de vista até então desconhecidos no país. Transformaram o cotidiano em objeto relevante para a ciência social, tratando, com franqueza inusitada para a época, de aspectos sexuais da vida familiar, da contribuição do escravo na formação da cultura brasileira, da alimentação, da raça. Foi ele o introdutor, entre nós, da antropologia cultural desenvolvida no início do século nos Estados Unidos. Se cientistas sociais brasileiros podem pesquisar hoje, com legitimidade, a condição da mulher, as minorias sexuais, o espaço doméstico, família e parentesco devem muito ao seu trabalho, mesmo que não o saibam. (Velho, Benjamin e Areias, 1985)

Uma acusação bastante comum ao trabalho de Freyre, nos debates dos últimos anos, foi o fato de ter utilizado discurso da mestiçagem como uma forma de velar os conflitos sociais reais no país. Porém, do ponto de vista de um antropólogo preocupado em dar uma identidade ao Brasil, frente a um panteão de ideias que negavam qualquer possibilidade de identidade (que não o reflexo distorcido da Europa) aos brasileiros, coube a ele encontrar um lugar (a Samoa de Margaret Mead) em que tais relações fossem possíveis e pudessem vislumbrar um futuro possível. Este lugar para Freyre estava na família patriarcal, o que não o fez desconsiderar as relações de poder:

Vencedores no sentido militar e técnico sobre as populações indígenas; dominadores absolutos dos negros importados da África para o duro trabalho da bagaceira, os europeus e seus descendentes tiveram entretanto de transigir com índios e africanos quanto as relações genéticas e sociais. A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações - as dos brancos com as mulheres de cor - de "superiores" com "inferiores" e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base. A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que doutro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. (FREYRE, 1933:46)

As ideias de Freyre ganharam um motor de propulsão com o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) que encontrou em suas ideias que positivavam a mistura de raças uma possibilidade de projeto nacional. Trechos do livro eram lidos na recém-criada Rá-

dio Nacional¹¹, fazendo com que se tornasse um best-seller na época. Uma ideologia quase mitologia que “relata a epopéia das três raças que se fundem nos laboratórios das selvas tropicais”, e que “conta a origem do moderno Estado brasileiro”, na interpretação de Renato Ortiz, que também afirma, em relação à obra de Freyre:

o livro possui uma qualidade fundamental, ele une a todos: casa-grande e senzala, sobrados e mocambos. Por isso ele é saudado por todas as correntes políticas, da direita à esquerda. (...) Ao retrabalhar a problemática da cultura brasileira, Gilberto Freyre oferece ao Brasil uma carteira de identidade. (ORTIZ, 1985:42)

Se no final do século XIX era impossível se pensar numa nação mestiça como possível economicamente, nos anos 30, um “novo conceito de homem brasileiro” será perseguido. “Qualidades como ‘preguiça’, ‘indolência’, consideradas como inerentes à raça mestiça, são substituídas por uma ideologia do trabalho” (ORTIZ, 1985:42). Os conceitos de mestiçagem e sua positivação também sustentaram, entre 1950 e 1970, o discurso do regime colonial português “de modo a justificar a presença portuguesa em África em termos de descolonização. Propagandeado como colonialismo humanista, universalista, multicultural e miscigenador, o regime usou o Brasil como exemplo a ser seguido em África” (VALE DE ALMEIDA, xxxx:32).

Assim como esta ideologia foi construída culturalmente e, quer se queira ou não, também trouxe progressos positivos em termos econômicos, os críticos a ela acreditam que é hora do país aplicar políticas que revejam esta ideologia que possui mão dupla: ao mesmo tempo em que ofereceu uma possibilidade de convivência da diversidade cultural esvaziou o passado de opressão dos negros, passando para o senso comum a premissa de que o Brasil, nem mesmo na época da escravidão, havia sido um país racista. Por seu turno, os contrários às políticas de ações afirmativas baseadas em cotas surgem como defensores do legado de Gilberto Freyre. O crítico literário César Braga-Pinto acredita que

a “recuperação” da mestiçagem mantém, na maioria das vezes, a perspectiva eurocêntrica, tendo adquirido desde o tom mais melancólico até o revisionista. Ao que tudo indica, o movimento está relacionado a uma certa crise nos discursos sobre raça, tradicionalmente vinculados à construção da identidade nacional. Paralelamente, a discussão em torno de Gilberto Freyre tem assumido esse mesmo tom nostálgico e melancólico, como se o Brasil estivesse perdendo a própria essência e como se o pensamento de Freyre fosse acima de tudo um patrimônio nacional a ser protegido: os adversários, no caso, seriam o pensamento racialista e “politicamente correto” dos Estados Unidos, e a ameaça representada pela introdução de políticas de cotas ou outras formas de discriminação positiva, em um país onde, conforme teria ensinado Freyre, a consciência de raça é supostamente tênue, se não inexistente. Na tentativa de se proteger ou recuperar o que haveria de mais autêntico no Brasil, uma das tendências mais comuns é enfatizar uma heterogeneidade entre, por um

¹¹ Uma rede de rádios concebida nos moldes da atual Rede Globo de Televisão, para integrar o vasto território nacional.

lado, a “mestiçagem” enquanto processo de assimilação associado ao discurso do branqueamento e, por outro, a representação de sujeitos culturalmente mestiços como forma verdadeira de diálogo e tolerância. (BRAGA-PINTO, 2006:281-282)

Uma das instâncias em que este discurso ainda encontra bastante ressonância é com certeza a mídia. Nos dias que se seguiram os ataques de 11 de setembro nos Estados Unidos, a imprensa brasileira não se cansava de exaltar o Brasil como a antítese dos países que vivem conflitos étnicos e raciais, exemplificando com a convivência histórica entre europeus, indígenas, orientais e africanos. Nestes discursos, toda desigualdade parece se restringir à econômica, jamais pensada em termos étnico-raciais. Para Leite,

uma das vantagens de se acreditar no mito das três raças, é não precisar enxergar que os pobres, os não-letrados, os indigentes, a população carcerária do Brasil, correspondem, em sua maioria, aos descendentes dos africanos que chegaram no Brasil como escravos. São esses os filhos dos que durante mais de trezentos anos foram escravizados, torturados e mortos. É só olhar em volta, nem há necessidade de pesquisas, ou estatísticas. (LEITE, 2005:1)

É claro que, nas últimas décadas, o discurso que festeja o Brasil miscigenado começou a encontrar oposição nas produções do movimento negro que denunciam uma cultura brasileira opressora que se disfarça na ideologia de um Brasil mestiço, mulato, moreno. O documentário *A negação do Brasil* (Joel Zito Araújo, 2000) mostrou como a representação dos personagens negros nas telenovelas brasileiras os atrela aos personagens subalternos, serviçais:

Nenhum dos grandes atores negros parece ter escapado do papel de escravo ou serviçal na história da telenovela brasileira, mesmo aqueles que quando chegaram à televisão já tinham um nome solidamente construído no teatro ou no cinema, como Ruth de Souza, Grande Otelo, Milton Gonçalves e Lázaro Ramos. Essa afirmativa pôde ser constatada na pesquisa que fizemos sobre a representação do negro na história da telenovela brasileira, que deu origem ao filme e livro *A negação do Brasil*. (ARAÚJO, 2008:979)

Apenas nos anos 90 a situação começou a ganhar outros contornos, tornando-se mais comum a existência de personagens negros que não fossem serviçais. Essa situação exemplifica a necessidade de ações afirmativas que lidem direto com a autoestima de populações oprimidas. Os exemplos demonstram as marcas deixadas em nossa cultura as políticas escravocratas. Mas reconhecer essa opressão histórica tem sido compreendida, pelos contrários às cotas, como reabrir na sociedade brasileira uma velha ferida, como se os alunos brasileiros estivessem sendo obrigados a se dividir em negros e brancos (MAGGIE, 2008:906), incitando os primeiros a uma verdadeira revanche ao lhes oferecer o sistema de cotas.

A antropóloga Ilka Boaventura Leita, da Universidade Federal de Santa Catarina, explica que a Constituição Brasileira de 1988, que teve grande participação dos mo-

vimentos sociais em sua produção, pressupõe um Brasil pluricultural mas reconhece as desigualdades históricas entre os diversos segmentos sociais e que “superar essas desigualdades, implica na necessária incorporação, no plano jurídico, das experiências históricas dos grupos que participaram da construção do país” (LEITE, 2005:1). Neste sentido, as políticas compensatórias não podem ser classificadas como revanchistas.

Considerações Finais

É muito provável que a utopia vislumbrada por Freyre jamais se concretize e permaneça como linguagem celebratória, no dizer de Ortiz (1985:39). Mas esse fato não pode ser pretexto para a inviabilização de sua obra, nos termos da antropologia. Que se lembre que ele foi o primeiro professor de antropologia do Brasil¹², na extinta Universidade do Distrito Federal, de 1935-1937. Além disso, trouxe ao Brasil métodos de pesquisa pouco utilizadas nas pesquisas funcionalistas. “Jamais apresentou o Brasil como um ‘paraíso tropical’, nem isentou-o de conflitos de várias naturezas. Mas buscou compreendê-lo em termos de sua constituição histórico-cultural” (VELHO, 2008).

Como é de conhecimento público e notório, um dos pontos altos e sempre polêmicos do seu trabalho foi a temática das relações raciais. É preciso distinguir o que ele realmente escreveu, do que foi divulgado e vulgarizado por seguidores e adversários. Não negou a existência de racismo na sociedade brasileira, mas procurou salientar as peculiaridades aqui existentes, contrastantes com países como os Estados Unidos. A sua contribuição para o estudo de gênero é tão importante que até hoje é insuficientemente valorizada. Suas análises sobre o mundo feminino do Brasil tradicional são de uma importância ímpar e de absoluta originalidade. (...) Em *Sobrados e Mucambos*, particularmente, desenvolve um trabalho de vanguarda para o estudo da vida urbana, precursor de desenvolvimentos em antropologia e sociologia das décadas seguintes. O foco no cotidiano, no dia-a-dia, no mundo doméstico, no que poderíamos chamar hoje de micro-sociologia, não o afastou de uma visão ampla, de *longue durée* da sociedade brasileira e de suas relações com o mundo em geral. (VELHO, 2008)

E sobre uma possível teoria pós-colonial, surgida antes mesmo deste termo ser cunhado, talvez sejam precisas novas releituras para se fazer justiça a Gilberto Freyre. É que nos mesmos escritos em que defendia a formação de uma nova civilização miscigenada nos trópicos, na possibilidade de convivência pacífica entre todas as etnias, ele vislumbrava uma possibilidade de mistura que apresentasse uma alternativa aos modelos em voga, os quais ele não se furtava de questionar. Um de seus textos mais surpreendentes é o artigo intitulado “Em torno do problema de uma cultura brasileira”, publi-

¹² A Universidade de São Paulo, pioneira na criação de uma cátedra de Sociologia, teve como primeiro professor o antropólogo Claude Lévi-Strauss, com uma vertente voltada para a etnologia.

cado em 1943, na revista norte-americana *Philosophy and Phenomenological Research*, onde ele faz uma crítica veemente ao “primado europeu de economia” que, naquele momento, em plena Segunda Guerra Mundial, estaria sendo questionado, posto à prova frente ao “surto surpreendente da força russa” (1943:169). Se foi contraditório, talvez seja porque o país do qual falava, o Brasil, também era, e ainda o é.

REFERÊNCIAS

- AMARAL JR., Aécio. Relações perigosas: o imaginário freyriano no discurso Governamental. *Tempo Social*, Revista de Sociologia. USP, S. Paulo, 14(2): 163-186, outubro de 2002.
- ARAÚJO, Joel Zito. “O negro na dramaturgia, um caso exemplar da decadência do mito da democracia racial Brasileira”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 979-985, set.-dez./2008.
- BENEDICT, Ruth. *Padrões de Cultura*. Lisboa: Ed. Livros do Brasil, [1934] 1957.
- BOAS, Franz. “The race problem in modern society”. In: *The mind of primitive man*. New York: The McMillan Company, 1911.
- BRAGA-PINTO, César. “Os ‘desvios’ de Gilberto Freyre”. *Novos Estudos*, 76:281-288. São Paulo: CEBRAP. Nov. 2006.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- DAMATTA, Roberto. “Digressão: A fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Petrópolis: Vozes, 1983. pp.58-85.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. 45ª edição. Rio de Janeiro: Record, [1933] 2001.
- FREYRE, Gilberto. *Um brasileiro em terras portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953
- GREEN, James N. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.
- LEITE, Ilka Boaventura. “O mito das três raças repaginado”. Acervo do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas. 20 jun. 2005. Disponível em www.nuer.ufsc.br/artigos. Capturado em 8 abr. 2009.
- MAGGIE, Yvonne. Pela Igualdade. *Estudos Feministas*, 16(3): 897-912. Florianópolis, setembro-dezembro/2008.
- MARCUS, G. e FISCHER, M. *Anthropology as a Cultural Critique*. Chicago: The University of Chicago Press, 1986.
- MEAD, Margaret. *Sexo e Temperamento*. São Paulo: Perspectiva, [1950] 1979.
- MEAD, Margaret. *Coming of Age in Samoa*. New York: A Mentor Book, 1939.

MELATTI, Julio Cezar. “A Antropologia no Brasil: um Roteiro”. In: *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais – BIB*. Rio de Janeiro, n. 17, pp. 3-52, 1º semestre/1984.

ORTIZ, Renato. “Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional”. In: *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985. pp. 36-44.

SODRÉ, Muniz. *Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*. 4ª edição. Rio de Janeiro, Record, 2000.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. “O Atlântico Pardo. Antropologia, pós-colonialismo e o caso ‘lusófono’”. In: BASTOS, C.; VALE DE ALMEIDA, M; FELDMAN-BIANCO, B. *Trânsitos Coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

VELHO, Gilberto. Gilberto Freyre: Trajetória e Singularidade. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 58, 2008, pp. 11-21.

VELHO, Gilberto; BENJAMIN, César; AREIAS, Cilene Vieira. Entrevista com Gilberto Freyre (Publicada originalmente em *Ciência Hoje*, em maio/junho de 1985). *Canal Ciência*. Portal do IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Disponível em <http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis/txt.php?id=36>. Capturado em 14 de março de 2010.